

Vereadores aprovam doação de prédio do antigo Cnec à UNIFEI



Mulher é resgatada após ser arrastada pela correnteza do Rio Sapucaí, em Itajubá



Prefeitura divulga resultado dos alunos do 1º ano selecionados para o CEIAM 2026

PÁGINA 3

Miguel Tomatinho é eleito o Corregedor da Câmara para 2026



Projeto garante atendimento preferencial a pessoas com fibromialgia em P. Alegre



ATENÇÃO GESTOR LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em jornais Diários de grande circulação

D4Sign 8fe5f17b-b31d-4d14-a48e-c94748ef809f - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Prefeitura prorroga as inscrições do chamamento para Conselho Municipal de Políticas Culturais

DA REDAÇÃO
jordiarior@gmail.com

Foram prorrogadas as inscrições para o edital de chamamento público nº 01/2026, que rege o processo de eleição do Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimoniais (CPCPPA). A Prefeitura de Pouso Alegre, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), divulgou nesta quarta-feira (11) a portaria DPC/SECULT nº 04/2026 com o novo prazo de inscrição, que passa a ser até o dia 25 de fevereiro de 2026.

Com a alteração do período de inscrição, as etapas seguintes do edital também sofreram modificações. A portaria definiu que a lista com os nomes dos votantes e candidatos cadastrados para a Assembleia de Eleição será divulgada no dia 26 de fevereiro. Já a Assembleia de



eleição online ocorrerá nos dias 17 e 18 de março. O resultado final com o nome dos candidatos eleitos e seus respectivos suplentes será publicado no dia 19 de março de 2026.

Por fim, a publicação do

decreto de nomeação dos candidatos eleitos, o qual efetuará a composição do novo Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimoniais de Pouso Alegre, acontecerá a partir do dia 20 de março.

Para atuar como candi-

dato ou como votante, será necessário a comprovação de 2 anos de atuação no setor cultural do município e o prévio cadastro junto à SECULT através do preenchimento do Formulário de Inscrição Online, que será disponibilizado

através do link <https://bit.ly/FormularioCPCPPA>.

Assim como nos anos anteriores, esta eleição será uma ferramenta que permitirá a diversidade de representação dentro do CPAP-PA, responsável por atuar na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, bem como orientar a formulação da política municipal de proteção ao patrimônio cultural e as ações de proteção previstas no artigo 49 da lei ordinária nº 5.407/2013. A ampla participação dos agentes culturais do município de Pouso Alegre neste processo de eleição permitirá a estruturação de um grupo de trabalho que continuará a atender às necessidades culturais da cidade.

O Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimoniais é um órgão paritário, com mandato de 2 anos,

formado por 16 membros, sendo 8 representantes da Administração Municipal e 8 representantes do setor cultural da sociedade civil, e seus respectivos suplentes. Das oito cadeiras pertencentes à sociedade civil, duas deverão ser preenchidas por personalidades jurídicas, sendo uma de pessoa jurídica de atuação artística e cultural e uma representação dentre as Associações Culturais e Artísticas do município.

Edital

O edital e seus anexos estão disponíveis na seção EDITAIS do site da Prefeitura: https://pousoalegre.mg.gov.br/concursos_view/2316.

Acesso ao Formulário de Inscrição Online: <https://bit.ly/FormularioCPCPPA>

Atendimento a dúvidas sobre o edital no E-mail: culturapmpa@gmail.com Telefone: 3112-3879 opção 2

Descumprimento do piso causa prejuízo de R\$ 163,7 mi a professores da educação básica municipal

DA REDAÇÃO
jordiarior@gmail.com

Seu município cumpre o Piso Nacional do Magistério para os professores da educação básica? E outros da região? Para promover a transparência e estimular o controle social, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG) acaba de lançar um novo painel interativo, para que qualquer pessoa possa verificar se o valor mínimo da remuneração (R\$ 4.867,77 - em 2025) está sendo cumprido no sistema público de ensino. O recorte, neste primeiro momento, considera os vínculos de professores da educação básica na rede municipal.

O portal é de fácil consulta, deixando para quem acessa a possibilidade de visualizar a situação por cada município e até mesmo um ranking que indica aqueles que mais pagam abaixo do piso salarial. O objetivo é simples: oferecer informações confiáveis que ajudem a melhorar o acompanhamento do pagamento do piso e fortalecer as políticas educacionais em Minas Gerais.

“Trata-se de um instrumento moderno, preciso e comprometido com a transparência, concebido para fortalecer a política pública mais essencial de qualquer sociedade: a educação”, destacou o conselheiro-presidente do TCEMG, Durval Ângelo. “Eu não tenho dúvida de que esse vai ser o portal mais acessado do Tribunal de Contas que, com esse produto, reafirma seu compromisso com a boa gestão pública, com a transparência e,



sobretudo, com a valorização do magistério mineiro”, enfatizou.

Neste trabalho, os auditores da Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência (Suricato) analisaram milhares de vínculos profissionais. Os dados foram extraídos do Módulo Folha de Pagamentos do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom), referentes ao ano base de 2025.

“O que estamos apresentando no painel são indícios de descumprimento do piso nacional, como resultado de uma série de filtragens e análises para se chegar a esses números. Isso deve fazer com que a gente investigue, vá mais a fundo. Vamos poder questionar o que de fato está acontecendo, se os dados estão errados e, ainda, oportunizar para que problemas sejam corrigidos. É um pontapé inicial para que isso, de fato, seja observado tanto por nós quanto pela sociedade mineira”, sinalizou o diretor de Inteligência

do TCEMG, Fábio Costa.

Panorama

O portal divide a análise em quatro categorias para averiguar a adesão: Plena Aderência (100% dos vínculos); Alta Aderência (entre 80 e 100% dos vínculos); Média Aderência (entre 60 e 80% dos vínculos); Baixa Aderência (abaixo de 60%). Foram analisadas informações de 841 municípios mineiros, tendo em vista que os outros 12 restantes não disponibilizaram qualquer dado.

“Vamos enviar um ofício a esses 12 municípios para que expliquem e justifiquem a ausência das informações. Porque, se esses dados não estão disponíveis, pode significar que os portais de transparência não estão funcionando”, apontou Durval Ângelo.

Do total de vínculos analisados, são mais de 20,3 mil os que não atendem ao piso, o que representa algo em torno de R\$ 163,7 milhões não pagos. Outro destaque da ferramenta é mostrar como cada uma das

gestões municipais está em relação às despesas com pessoal no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim, é possível verificar se há margem para que o piso seja cumprido e, portanto, esta não seria uma justificativa plausível para não seguir a regra.

O Piso Nacional da Educação em 2025 era de R\$ 4.867,77 – dado que foi considerado na avaliação dos municípios.

Nesta versão de estreia do portal, estão reunidas informações sobre professores que ingressaram no serviço público nos últimos três anos. Essa escolha permite comparar salários de quem está começando na carreira, sem interferências de vantagens acumuladas ao longo do tempo.

Para garantir mais precisão, o painel considera apenas vínculos com remuneração contínua e padroniza os valores para uma carga horária de 40 horas semanais. Com isso, é possível comparar todos os municípios de maneira justa e transparente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2026

Processo Licitatório nº 99/2025

Inexigibilidade nº 16/2025

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços odontológicos de confecção de próteses dentárias sob medida, com material incluso, para atender a demanda da população do município de Careagu/mg.

Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU

SANDRA MARA DE PAIVA REIS – ME

Vigência: 30/01/2026 à 03/11/2026

Prefeitura Municipal de Delfim Moreira-

Processo nº 13/2026 - Credenciamento nº 01/2026 - Torna público o Edital para Aquisição de gêneros alimentícios através de credenciamento via Chamada Pública para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, destinado a alimentação dos alunos das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Delfim Moreira para o ano letivo de 2026. Credenciamento: do dia 13/02/2026 ao dia 10/03/2026 às 09:00h. Conferência dos documentos às 09h do dia 10/03/2026. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 99988-1817, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Diego Ramon Xavier da Costa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA O CINEMA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS (MG). As Propostas Serão Recebidas das 08:30 horas do dia 13 de fevereiro de 2026 até as 08:29 horas do dia 03 de março de 2026. A licitação ocorrerá no dia 03 de março de 2026 às 08:30 horas. As propostas e eventuais impugnações serão recebidas EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br. Conceição dos Ouros, 11 de fevereiro de 2026. Luís Fernando Rosa de Castro - Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de São João da Mata (MG) – Contrato Nº 065/2025 – Extrato Segundo Termo Aditivo - Processo Administrativo N. 0050/2025 – Concorrência Eletrônica Nº 0001/2025 - Objeto: Contratação de Empresa Especializada Para Execução de Obra de Pavimentação em Blocos de Concreto Intertravado em Parte da Rua Maria José de Paiva no Município de São João da Mata (MG) - Contratada: CONSTRUTORA JNM LTDA - CNPJ/MF: 24.099.803/0001-03 - Contrato de Repasse nº 1088.648-53/946080/2023 – Ministério das Cidades - Ampliação de Meta - Valor do aditivo: R\$ 74.811,58 (setenta e quatro mil e oitocentos e onze reais e cinquenta e oito centavos) – Dotação Orçamentária: Ficha: 242 - Data do aditivo 09/02/2026 . São João da Mata (MG), 09 de fevereiro de 2026. Rosemiro de Paiva Muniz - Prefeito Municipal.

ATENÇÃO GESTOR LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em jornais Diários de grande circulação

D4Sign 8fe5f17b-b31d-4d14-a48e-c94748ef809f - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2, Brasil

LAVA JATO AUTO BRILHO
LAVAGEM EM GERAL



Carros - Motos - Caminhões
Trator - Máquinas - Bicycletas

(35) 99816-0436 (Henrique)

@henrique_lopesrodrigues

Rua Alferes Augusto Gomes de Medela, 560 - Jd Noronha

Jornal diário 12 fevereiro 2026 pdf

Código do documento 8fe5f17b-b31d-4d14-a48e-c94748ef809f



Assinaturas



jornaldiarioadm@gmail.com
Assinar

Eventos do documento

12 Feb 2026, 09:47:12

Documento 8fe5f17b-b31d-4d14-a48e-c94748ef809f **criado** por DONIZETI DE LIMA CAZELATO (e47d7e05-5e69-4941-b1d4-e2ce37ca0fc2). Email:jordiario@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-02-12T09:47:12-03:00

12 Feb 2026, 09:48:21

Assinaturas **iniciadas** por DONIZETI DE LIMA CAZELATO (e47d7e05-5e69-4941-b1d4-e2ce37ca0fc2). Email: jordiario@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-02-12T09:48:21-03:00

Hash do documento original

(SHA256):77231a63a1623dd89e370c8f74246ae259228b27aa599e2aac9182f5d9162a9a

(SHA512):e690d469e1f1eabc6a7d4f62b45680c039141c97c383ab6186692937f66001185b943c32493432c6052093aecca7b527400f5c071e273e9588dd53a237ec2b24

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.